

Política de denúncia de irregularidades

Anexo 2

Data de entrada em vigor:

31.07.2024.

Aviso de proteção de dados

1. Objetivo da presente declaração de proteção de dados

- (1) A presente declaração de proteção de dados aplica-se a todos os membros do grupo OBO (doravante designados por "empresas do grupo"), bem como aos seus trabalhadores e membros dos órgãos de gestão e a outras pessoas afectadas por uma declaração, sempre que estejam envolvidos no tratamento ou na investigação de uma declaração apresentada à OBO Bettermann Holding GmbH & Co. KG, com sede em Hüingser Ring 52, 58710 Menden (Sauerland), Alemanha, [N.o de registo: HRA 4854, N.o de IVA: DE811792270] e/ou à OBO Hungary Kft. com sede em Alsóráda 2, 2347 Bugyi, Hungria, [N.o de registo: 13-09-096185, N.o de IVA: HU10847392], tal como descrito no anexo 1. Todas as empresas do grupo envolvidas no tratamento dos dados pessoais objeto de cada relatório são consideradas responsáveis conjuntas pelo tratamento.
- (2) A declaração de proteção de dados do OBO-Group pode ser consultada a qualquer momento no seguinte endereço [link](#).
- (3) O Grupo OBO compromete-se a proteger os dados pessoais dos denunciantes, de outras pessoas abrangidas pela presente política de denúncia e de todas as pessoas mencionadas ou afectadas por uma denúncia e atribui a maior importância ao respeito pelo seu direito à autodeterminação informativa. O Grupo OBO trata os dados pessoais de forma confidencial e adopta todas as medidas técnicas e organizativas para garantir a segurança dos dados.

2. Nome e endereço do(s) responsável(eis) pelo tratamento dos dados

- (1) O principal responsável, para efeitos da legislação relativa à proteção de dados, é a empresa do grupo envolvida no relatório, enumerada no Anexo 3, juntamente com ou independentemente de outras empresas do grupo envolvidas, conforme o caso (doravante "nós", "nos", "nossa(s)", "responsável(eis) pelo tratamento"):

- O responsável pelo tratamento de dados é o gabinete competente na Alemanha:

OBO Bettermann Holding GmbH & Co. KG

Hüingser Ring 52

58710 Menden,

Alemanha

Telefone: +49 (0)2373 89-0
Fax: +49 (0)2373 89-238
Correio eletrónico: info@obo.de
[Número de registo: HRA 4854, número de IVA: DE811792270] ou

- Ao comunicar com o gabinete competente na Hungria, o responsável pelo tratamento é:
OBO BETTERMANN Hungary Kft.
H-2347 Bugyi, Alsóráda str. 2,
Hungria
E-Mail: compliance@obo.de
Telefonar: +0036 29 349-708
[Número de registo: 13-09-096185, número de IVA: HU10847392]

(2) Dados de contacto do responsável pela proteção de dados

OBO Bettermann Holding GmbH & Co. KG

Josef Honert

- Responsável pela proteção de dados -
Hüingser Ring 52
58710 Menden
Alemanha
Tel: +49 (0)2373 89-1351
Correio eletrónico: datenschutz@obo.de

(3) O gabinete do Provedor de Justiça responsável pelo tratamento dos dados pessoais do utilizador é o seguinte

DR. WEHBERG & PARTNER mbB
Auditores, consultores fiscais e advogados
Feithstraße 177, 58097 Hagen, Alemanha
Telefone: +49-(0)2331-1098-1234
Correio eletrónico: obo-hinweise@wehberg.de

A pessoa de contacto para a proteção de dados na DR. WEHBERG & PARTNER mbB é:

DR. WEHBERG & PARTNER mbB
- a Autoridade para a Proteção de Dados
Feithstraße 177, 58097 Hagen, Alemanha
Correio eletrónico: datenschutz@wehberg.de

Para mais informações, consultar as seguintes páginas Internet
<https://wehberg.de/impressum> e <https://wehberg.de/datenschutzerklaerung>.

3. Tratamento de dados pessoais

Por dados pessoais entende-se qualquer informação relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável, como nomes, moradas, números de telefone, endereços de correio eletrónico, dados mestre do contrato, dados contabilísticos do contrato e dados de pagamento, na medida em que sejam uma expressão da identidade de uma pessoa singular. Só processamos dados pessoais se existir uma base legal para o fazer.

A tomada de decisões automatizada, incluindo a definição de perfis, não tem lugar no âmbito da utilização do sistema de denúncia de irregularidades do Grupo OBO.

4. Categorias de dados tratados

- (1) A utilização dos sistemas de denúncia de irregularidades do grupo OBO é voluntária. Se utilizar o sistema, pedir-lhe-emos que forneça informações sobre as seguintes categorias de dados
 - Dados de comunicação (por exemplo, nome, telefone, correio eletrónico, endereço)
 - Dados de empregados de OBO-empregados e
 - Se for caso disso, os nomes e outros dados pessoais dos denunciantes, das pessoas mencionadas numa denúncia e das pessoas envolvidas no (e das pessoas identificadas no âmbito do) tratamento dos factos denunciados e da sua investigação posterior.
- (2) Se responder a todas as perguntas do relatório na íntegra, isso ajudará o(s) responsável(eis) pelo tratamento a processar o seu relatório. Se fornecer informações incompletas ou decidir manter o anonimato, poderemos não conseguir processar o seu relatório ou atrasar o seu processamento.
- (3) Podemos recolher e tratar as seguintes categorias de dados pessoais através da utilização do sistema de denúncia de irregularidades do Grupo OBO:
 - violações e factos conexos comunicados (incluindo dados relativos a fraudes ou alegações de fraude, ou outras violações da lei, ou relativos a suspeitas ou possíveis infracções penais, apenas na medida do permitido pela legislação aplicável, por exemplo, para que a Empresa do Grupo afetada possa gerir o seu próprio litígio), comunicações e informações recolhidas/analisadas no âmbito da comunicação e investigação dos factos comunicados (sujeito aos requisitos aplicáveis ao abrigo da legislação aplicável) e relatório de investigação;
 - consequências da investigação, incluindo eventuais medidas disciplinares, bem como alegações criminais, acções penais ou condenações, consoante o caso;
 - proteção das pessoas em causa contra represálias;
 - acompanhamento do relatório.

Os dados pessoais sensíveis e os dados pessoais relacionados com suspeitas, ações judiciais ou condenações por infracções penais só serão tratados nos termos da legislação aplicável em matéria de proteção de dados.

A fonte de onde provêm os dados pessoais é normalmente a pessoa a quem dizem respeito (por exemplo, os próprios funcionários) e os dados pessoais que recebemos de forma permitida de fontes publicamente disponíveis e/ou de terceiros, conforme descrito mais adiante.

Podemos recolher dados pessoais das formas abaixo indicadas:

- Recolha de dados pessoais diretamente junto da pessoa em causa, por exemplo, através de um relatório ou outros formulários ou informações que as pessoas em causa nos fornecem no âmbito do seu emprego;
- Recolha de dados pessoais durante as atividades das pessoas em causa no exercício da sua atividade profissional, nomeadamente através do seu desempenho e interação com outros trabalhadores, clientes ou outras pessoas; e
- Recolha de dados pessoais de outras partes, tais como informadores e outros empregados.

5. Objetivo do tratamento e base jurídica

- (1) O objetivo do sistema de denúncia de irregularidades do Grupo OBO é proporcionar um canal de comunicação para a sua denúncia e assegurar que a sua denúncia é tratada pelo Grupo OBO de acordo com os processos do sistema de gestão de conformidade como uma implementação dos requisitos do direito das sociedades.
- (2) Em particular, os seus dados pessoais serão tratados para os seguintes fins

- Relatórios de conformidade: Indicação e acompanhamento de relatórios relativos a uma possível violação dos requisitos de conformidade. Pode comunicar essas violações com o seu nome ou de forma anónima.

Base jurídica: As atividades de processamento são realizadas com base numa obrigação legal a que as Empresas do Grupo estão sujeitas (Art. 6 (1) (c) do RGPD), conforme previsto nos regulamentos aplicáveis relativos a denúncias.

Nos países em que não existe a obrigação legal de criar um sistema de denúncia de irregularidades, as atividades de tratamento são realizadas com base no interesse legítimo do(s) responsável(eis) pelo tratamento (art. 6.º, n.º 1, alínea f) do RGPD) em processar infracções penais, executar acções cíveis, desenvolver ou terminar uma relação de trabalho ou detetar infracções penais relacionadas com a relação de trabalho.

- Gestão da conformidade: Administração central e atribuição de questões de conformidade a nível do Grupo.

Base jurídica: Interesse legítimo do(s) responsável(eis) pelo tratamento em obter uma visão geral central dos relatórios como parte da função de governação (Art. 6 (1) f) do RGPD) e para o exercício e defesa dos nossos direitos.

Em circunstâncias excepcionais, como quando pretendemos divulgar a identidade do declarante a terceiros, podemos tratar os dados pessoais com base no consentimento explícito da pessoa em causa.

Se um relatório contiver categorias especiais de dados pessoais, esses dados só podem ser tratados

(i) se o tratamento for necessário para o cumprimento de obrigações e o exercício de direitos específicos do(s) responsável(eis) pelo tratamento ou da pessoa em causa no domínio do direito do trabalho e da segurança social e da proteção social, na medida em que tal seja permitido pela legislação da UE ou nacional ou por uma convenção coletiva ao abrigo da legislação nacional que preveja garantias adequadas para os direitos e interesses fundamentais da pessoa em causa (artigo 9.º, n.º 2, alínea b), do RGPD), ou

(ii) se o tratamento for necessário para a declaração, o exercício ou a defesa de ações judiciais (art. 9.º, n.º 2, alínea f), do RGPD). Se categorias especiais de dados pessoais forem incluídas num relatório, mas não forem claramente relevantes para o assunto relatado, serão apagadas imediatamente e de forma segura.

Os dados pessoais relativos a suspeitas, processos ou condenações por infrações penais só serão tratados nos termos especificamente autorizados pela legislação comunitária ou nacional.

6. Transferência de dados para funcionários do OBO, pessoas potencialmente suspeitas e para outro(s) responsável(eis) pelo tratamento de dados

- (1) No âmbito do tratamento de uma denúncia, é necessário transmitir a denúncia, no todo ou em parte, aos colaboradores do Grupo OBO responsáveis pelo seu tratamento e aos colaboradores das empresas do Grupo afectadas pela denúncia. As suas informações só estarão disponíveis para os colaboradores que tenham necessidade de as conhecer para poderem tratar a sua denúncia.
- (2) O direito do suspeito de ser informado sobre o tratamento dos seus dados pessoais pode ser limitado ou adiado. Pode ser limitado pela legislação nacional em vigor (art. 23.º do RGPD) ou, na ausência de tal legislação, pode ser adiado em circunstâncias excepcionais, por exemplo, em caso de risco de destruição de provas ou quando for suscetível de comprometer gravemente a finalidade para a qual a informação está a ser tratada.

- (3) Os seus dados pessoais só serão transferidos para a empresa do grupo afetada na medida do necessário para cumprir outras obrigações legais. Além disso, os dados podem ser transferidos para outros responsáveis pelo tratamento (por exemplo, autoridades) se formos obrigados a fazê-lo por lei ou por ordens executórias de autoridades ou tribunais.

7. Transferência para destinatários fora da UE e/ou do EEE

O(s) responsável(eis) pelo tratamento só pode(m) transferir dados pessoais da UE/EEE para terceiros fora da UE/EEE (incluindo a concessão de acesso a partir de um país terceiro) se

- o país terceiro oferece um nível adequado de proteção de dados reconhecido pela Comissão Europeia e pelo respetivo país, ou
- a transferência está sujeita a cláusulas contratuais-tipo da UE. É da responsabilidade do(s) responsável(eis) pelo tratamento, com a assistência do terceiro, se necessário, avaliar se o nível de proteção exigido pela legislação da UE é respeitado no país terceiro, a fim de determinar se as garantias fornecidas pelas cláusulas contratuais-tipo da UE podem ser cumpridas na prática. Caso contrário, o terceiro deve tomar medidas adicionais para assegurar um nível de proteção substancialmente equivalente ao existente na UE/EEE, ou
- excepcionalmente (ou seja, apenas se as medidas acima referidas não puderem ser implementadas), aplica-se uma isenção para situações específicas (por exemplo, a transferência é necessária para a declaração, o exercício ou a defesa de acções judiciais).

Uma cópia das salvaguardas relevantes para a transferência dos seus dados pessoais para fora do EEE pode ser obtida contatando-nos através dos dados de contacto referidos na Secção 2 acima.

8. Duração da armazenagem; Períodos de conservação

- (1) Em princípio, conservaremos os seus dados durante o tempo necessário para investigar o incidente de conformidade que é objeto da sua comunicação. Após a conclusão de todo o trabalho relacionado com o relatório, apagaremos os seus dados pessoais, exceto os dados que tenham de ser retidos e processados para exercer e defender os nossos direitos.
- (2) O momento em que eliminamos os dados pessoais que conservamos e tratamos para exercer e defender os nossos direitos dependerá do termo do prazo máximo de prescrição para infrações regulamentares e penais ou para a execução de ações cíveis.
- (3) O acima exposto não prejudica os períodos específicos de conservação de dados aplicáveis em determinadas jurisdições, tal como estabelecido na legislação nacional enumerada no Anexo 3, que prevalecerá em caso de conflito.

9. Segurança

- (1) Os nossos funcionários e prestadores de serviços são obrigados a manter a confidencialidade das nossas informações e a cumprir as leis de proteção de dados aplicáveis.
- (2) Todas as denúncias recebidas são recebidas por um pequeno número de colaboradores autorizados e com formação específica do Grupo OBO e são sempre tratadas de forma confidencial. Os colaboradores do OBO-Group analisam os factos e conduzem as investigações adicionais que o caso específico exija. Todas as pessoas que têm acesso aos dados são obrigadas a manter a confidencialidade.

10. Direito de informação e acesso

O utilizador tem o direito de obter do(s) responsável(eis) pelo tratamento informações sobre se os seus dados estão ou não a ser tratados e, em caso afirmativo, de aceder aos seus dados pessoais que estamos a tratar.

11. Direito de retificação

O utilizador tem o direito de corrigir ou completar os dados pessoais se estes estiverem incorrectos ou incompletos.

12. Direito ao apagamento

O utilizador tem o direito de solicitar o apagamento dos dados pessoais que lhe dizem respeito nas circunstâncias específicas previstas na legislação aplicável em matéria de proteção de dados (por exemplo, o RGPD). Os períodos de retenção existentes e os interesses dignos de proteção que proíbem o apagamento devem ser respeitados.

13. Restrição do tratamento

O utilizador tem o direito de limitar o tratamento dos seus dados se contestar a sua exatidão ou se o(s) responsável(eis) pelo tratamento já não precisar(em) dos dados, enquanto o utilizador precisar dos dados para as suas ações judiciais. Também pode solicitar que o(s) responsável(eis) pelo tratamento restrinja(m) o tratamento dos seus dados se, de outro modo, tiver de os apagar ou se estiver a analisar uma objeção sua.

14. Portabilidade dos dados

Tem o direito de receber os dados pessoais que lhe dizem respeito, fornecidos por si, num formato estruturado, de uso corrente e de leitura ótica, e pode ter o direito de transmitir esses dados a outra entidade.

15. Objecção ao tratamento de dados

Tem também o direito de se opor, a qualquer momento, ao tratamento dos seus dados pelo(s) responsável(eis) pelo tratamento por motivos relacionados com a sua situação particular, desde que o tratamento seja efectuado com base no "interesse legítimo". Deixaremos então de processar os seus dados, a menos que possamos demonstrar - de acordo com os requisitos legais - motivos legítimos imperiosos para continuar o processamento que se sobreponham aos seus interesses, direitos e liberdades ou para o estabelecimento, exercício ou defesa de ações judiciais (artigo 21.º do RGPD).

16. Direito de retirar o consentimento

Quando o tratamento de dados pessoais se baseia no consentimento do utilizador, este pode retirar o seu consentimento em qualquer altura. Essa retirada não afetará a legalidade do tratamento antes da retirada do consentimento.

17. Direito de apresentar queixa a uma autoridade de controlo

Tem o direito de apresentar queixa a uma autoridade de proteção de dados. Pode contactar a autoridade de proteção de dados responsável pelo seu local de residência ou pelo seu país, pelo seu local de trabalho ou pelo local de uma alegada infração ao RGPD. A lista e os contactos das autoridades de proteção de dados constam do Anexo 3. A lista das autoridades nacionais de proteção de dados da UE está disponível em https://edpb.europa.eu/about-edpb/about-edpb/members_en.

18. Alterações ao Aviso sobre a Proteção de Dados

Reservamo-nos o direito de alterar as nossas práticas de segurança e privacidade. Se o fizermos, actualizaremos o nosso aviso de privacidade e, na medida do exigido pela legislação aplicável, informaremos o utilizador em conformidade.